

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.300.701 - RS (2018/0127003-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : LUÍS GUSTAVO SCHWENGBER
ADVOGADO : LUÍS GUSTAVO SCHWENGBER (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS027236
AGRAVADO : SUPERMERCADO TREVISOL LTDA
ADVOGADOS : LUIZ ANTÔNIO DENARDI - RS031821
BRUNO FOGIATO LENCINA E OUTRO(S) - RS077809
THAIELLY DA SILVA JOSÉ - RS096794

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042, CPC/15) interposto por LUÍS GUSTAVO SCHWENGBER, contra decisão que deixou de admitir recurso especial.

O apelo extremo, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, desafia acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 474, e-STJ):

APELAÇÃO. HONORÁRIOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS. DECISÃO QUE REVOGA ANTERIOR QUE APRECIOU AS QUESTÕES REFERENTES À INÉPCIA DA INICIAL E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRECLUSÃO NÃO CONFIGURADA. NÃO HÁ QUE SE FALAR EM PRECLUSÃO QUANDO O JUIZ RETIFICA DESPACHOS EQUIVOCADOS ANTERIORMENTE PROFERIDOS. INEXISTE PRECLUSÃO "PRO JUDICATO". AÇÃO DE COBRANÇA. CESSÃO DE CRÉDITOS. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. OBJETO DA CESSÃO DE CRÉDITO, FUNDADO EM VALORES ADVINDOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DO FINSOCIAL. ADERÊNCIA AO PLANO DE PARCELAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - REFIS O QUAL EXIGIA A RENÚNCIA DE TODAS AS AÇÕES. DESISTÊNCIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE CRÉDITO. NECESSIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. SENTENÇA MANTIDA. DESPROVERAM O RECURSO DE APELAÇÃO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 503-511, e-STJ).

Nas razões do apelo extremo (fls. 515-580, e-STJ), o recorrente apontou violação aos artigos 223, 489, II, 505, *caput*, 1.021, § 3º, e 1.022 do NCPC; ao artigo 5º, II, XXXV e XXXIX, da CF; aos artigos 22, § 2º, e 24, § 4º, da Lei n. 8.904/96.

Sustentou, em síntese: **a)** a existência de negativa de prestação jurisdicional, ante as omissões no acórdão recorrido não sanadas quando do julgamento dos aclaratórios, bem assim por não ter analisado todos os dispositivos e alegações deduzidas pelo insurgente; **b)** ofensa ao princípio constitucional da legalidade; **c)** acórdão recorrido é nulo por ter se limitado a reproduzir a sentença; **d)** a ocorrência de preclusão temporal e *pro judicato* na hipótese; **e)** desnecessidade de fixação de honorários, visto que estes já estavam pactuados previamente no documento firmados entre as partes.

Sem contrarrazões (fl. 586, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 588-602, e-STJ), a Corte local não admitiu o recurso, dando ensejo a interposição do presente agravo (fls. 605-680, e-STJ), no qual o insurgente infirma o conteúdo da decisão agravada.

Contraminuta apresentada às fls. 684-688, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, quanto à apontada ofensa ao artigo 5º, XXXV e XXXIX, da Constituição Federal e violação ao princípio constitucional da legalidade, infere-se que a pretensão fora deduzida em sede imprópria.

Nos termos do entendimento desta Corte, o recurso especial não se presta ao exame de suposta violação a dispositivos constitucionais, por se tratar de matéria reservada à análise do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, CF.

2. O insurgente aponta, ainda, violação aos artigos 489, II e 1022 do CPC/15, sustentando que o Tribunal local, embora opostos embargos de declaração, não apreciou as seguintes teses: *i*) ocorrência da preclusão *pro judicato* e preclusão temporal; *ii*) decisão de natureza *ultra petita*; *iii*) equívoco quanto à necessidade de desistência do crédito Finsocial para adesão e permanência no REFIS. Aduziu, ainda, que não foram mencionados todos os dispositivos suscitados e não foram apreciadas todas as questões deduzidas pelo recorrente, havendo mera reprodução da sentença.

Com relação à alegada omissão quanto à tese de decisão de natureza *ultra petita*, infere-se que se tratou de inovação recursal, pois a questão não fora levada à apreciação do Tribunal em momento oportuno, qual seja: no recurso de apelação (fls. 425-452, e-STJ), portanto a Corte Estadual não teria como ter analisado tal questão.

Ademais, quanto às demais questões apontadas, não se vislumbra a ocorrência dos alegados vícios, pois o órgão julgador dirimiu a controvérsia de forma ampla e fundamentada, sem omissões, consoante se infere dos seguintes trechos:

Por primeiro, não merece prosperar a tese da apelante quanto à ocorrência de preclusão em relação à inépcia da inicial e impossibilidade jurídica do pedido.

O fato é que não há óbice à retratação pelo juízo a quo a respeito da análise dos pressupostos processuais apreciados em decisão anterior, na medida em que a preclusão *pro judicato* não se aplica às decisões interlocutórias.

Ademais, cumpre citar que o magistrado, ao receber os autos, pode, e deve, reformar decisão anteriormente proferida, se entender que incorreu em equívoco, sem que isto caracterize ofensa ao princípio da preclusão.

[...]

Contudo, conforme restou demonstrado nos autos, o objeto da cessão de crédito não mais existe, na medida em que a parte apelada, ao aderir ao parcelamento oferecido pelo governo federal (REFIS), o qual exigia desistência de todas as ações e impugnações em razão do fisco - desistiu do PA -11060.001641/98-61. Portanto, não há mais como dar prosseguimento a cessão de crédito de fl. 10, pois vinculado ao recebimento de valores que viriam do processo administrativo acima descrito, o qual foi requerido a sua desistência.

A propósito, a matéria em comento foi examinada com acuidade pelo julgador a quo, conferindo adequada aplicação do direito aos fatos, a qual me reporto, pondo em relevo os fundamentos esposados, adotando-os como razões de decidir, na parte em que transcrevo:

(..) O pedido contido nesta ação de cobrança está /astreado em uma cessão créditos com o seguinte objeto: "ações, pretensões, exceções e todos os direitos de compensação e de repetição de indébito tributário das majorações de alíquotas do FINSOCIAL do período de janeiro de 1990 a novembro de 1991, objeto do PA 11060001641/98-61, assim como de recebimento dos respectivos valores" (fl. 10).

Ao longo da instrução processual restou demonstrado que a requerida aderiu ao parcelamento do governo federal - REFIS, o qual possuía como pressuposto a desistência de todas as ações, pretensões e impugnações em face do fisco. Tais desistências englobaram o referido PA 11060001641/98-61 cedido, conforme informação do sistema da Receita Federal de fl. 291 e referenciado pelas testemunhas Leonardo Cesar e Leonar Cesar Francesquett, bem como pelo representante legal da empresa. (Depoimentos CD contracapa).

(fls. 476-479, e-STJ)

Depreende-se da leitura do acórdão recorrido, sobretudo dos trechos supratranscritos, que o órgão julgador dirimiu as questões que lhe foram postas à apreciação, inclusive sobre os pontos tidos por omissos, embora não tenha acolhido a pretensão do recorrente, portanto não ocorre ofensa aos citados dispositivos.

Na mesma linha, precedentes: AgRg no REsp 1291104/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 02/06/2016; AgRg no Ag 1252154/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/06/2015, DJe 30/06/2015; REsp 1395221/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 17/09/2013.

Não é demais lembrar, a orientação desta Corte, no sentido de que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, tampouco mencionar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio, como ocorreu na hipótese. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. 1. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. [...] 1. Não há ofensa ao art. 535 do CPC, pois o Tribunal de origem decidiu a matéria de forma fundamentada. **O julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.** 2. O Tribunal de origem por ocasião do julgamento do recurso examinou as questões, embora de forma contrária à pretensão do recorrente, não existindo omissão a ser sanada. [...] 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 627.146/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe 29/10/2015) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 535, 826 E 927 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTENTE. JULGADO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. CONCLUSÃO FIRMADA COM BASE NA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚM. 7/STJ. DISSÍDIO INTERPRETATIVO. NÃO OBEDIÊNCIA AOS TERMOS REGIMENTAIS. REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Não se configurou a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como

lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos aos autos pelas partes. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. [...] 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 498.536/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 16/09/2015) [grifou-se]

Inexiste, portanto, violação aos artigos 489, II e 1.022, NCPC, visto que as questões foram apreciadas pelo Tribunal de origem, cuja fundamentação foi clara e suficiente para o deslinde da controvérsia.

3. Sustenta o recorrente a ocorrência de preclusão temporal e *pro judicato* na hipótese, ao argumento de que foram reapreciadas questões já decididas e aduz terem sido violados os artigos 223 e 505 do CPC/15.

A respeito, assim deliberou o órgão julgador:

Por primeiro, não merece prosperar a tese da apelante quanto à ocorrência de preclusão em relação à inépcia da inicial e impossibilidade jurídica do pedido.

O fato é que não há óbice à retratação pelo juízo a quo a respeito da análise dos pressupostos processuais apreciados em decisão anterior, na medida em que a preclusão *pro judicato* não se aplica às decisões interlocutórias.

Ademais, cumpre citar que o magistrado, ao receber os autos, pode, e deve, reformular decisão anteriormente proferida, se entender que incorreu em equívoco, sem que isto caracterize ofensa ao princípio da preclusão.

(fls. 476-477, e-STJ)

No particular, o Tribunal local utilizou como razão de decidir: *i*) a inexistência de óbice ao juízo de retratação a respeito dos pressupostos processuais analisados em decisão anterior; *ii*) a preclusão *pro judicato* não se aplica às decisões interlocutórias; *iii*) o magistrado pode corrigir equívocos de decisão anterior, sem que isso caracterize ofensa ao princípio da preclusão; fundamentos estes não rebatidos nas razões do apelo extremo.

Com efeito, nos termos da jurisprudência desta Corte, a existência de fundamentos inatacados, aptos a manutenção do arresto recorrido, atrai a incidência da Súmula 283 do STF, por analogia. Nesse sentido, confira-se:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. LUCROS CESSANTES. FUNDAMENTO INATACADO. MORA DO COMPRADOR. SÚMULA 283 E 284 DO STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." [...] 3. Agravo interno não provido. (AgInt nos EDcl no AREsp 874.193/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 08/09/2016) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...] EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 283 DO STF. [...] 5. A existência de fundamento inatacado no julgado, suficiente para manter a decisão, atrai o óbice contido na Súmula nº 283 do STJ, aplicável por analogia. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 719.286/SC, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, Dje 21/06/2016) [grifou-se]

Desta forma, a existência de fundamentos inatacados aptos a manutenção do acórdão impede o seguimento do apelo, ante o óbice da Súmula 283/STF, aplicável por analogia.

4. Por fim, o recorrente sustenta a negativa de vigência aos artigos 22, e § 2º, e 24, § 4º, da Lei n. 8.904/96, ao argumento de que os honorários estão convencionados em documento próprio e por isso são devidos.

A respeito do objeto da ação de cobrança *sub judice*, o Tribunal local assim decidiu:

De outra banda, busca a parte apelante a cobrança de honorários advocatícios consubstanciado no documento de cessão de créditos de fl. 10, com a seguinte redação:

"(...) para o fim de pagamento da verba honorária advocatícia oriunda da vantagem decorrente da representação da pessoa jurídica nos autos das ações de execução fiscal, propostas pela Fazenda Nacional perante o Foro da Comarca de Sobradinho, RS, e nos quais o cessionário atuou como seu procurador, as ações, pretensões, exceções e todos os direitos de compensação e de repetição de indébito tributário das majorações de alíquotas do FINSOCIAL do período de apuração de janeiro de 1990 a novembro de 1991, objeto do PA 11060.001641/98-61, assim como de recebimento dos respectivos valores"

Contudo, conforme restou demonstrado nos autos, o objeto da cessão de crédito não mais existe, na medida em que a parte apelada, ao aderir ao parcelamento oferecido pelo governo federal (REFIS), o qual exigia desistência de todas as ações e impugnações em razão do fisco - desistiu do PA -11060.001641/98-61. Portanto, não há mais como dar prosseguimento a cessão de crédito de fl. 10, pois vinculado ao recebimento de valores que viriam do processo administrativo acima descrito, o qual foi requerido a sua desistência.

A propósito, a matéria em comento foi examinada com acuidade pelo julgador a quo, conferindo adequada aplicação do direito aos fatos, a qual me reporto, pondo em relevo os fundamentos esposados, adotando-os como razões de decidir, na parte em que transcrevo:

(..) O pedido contido nesta ação de cobrança está lastreado em uma cessão créditos com o seguinte objeto: "ações, pretensões, exceções e todos os direitos de compensação e de repetição de indébito tributário das majorações de alíquotas do FINSOCIAL do período de janeiro de 1990 a novembro de 1991, objeto do PA 11060001641/98-61, assim como de recebimento dos respectivos valores" (fl. 10).

Ao longo da instrução processual restou demonstrado que a requerida aderiu ao parcelamento do governo federal - REFIS, o qual possuía como pressuposto a desistência de todas as ações, pretensões e impugnações em face do fisco. Tais desistências englobaram o referido

PA 11060001641/98-61 cedido, conforme informação do sistema da Receita Federal de fl. 291 e referenciado pelas testemunhas Leonardo Cesar e Leonar Cesar Francesquett, bem como pelo representante legal da empresa. (Depoimentos CD contracapa).

Não há dúvida nestes autos quanto a contratação do autor pela ré, nem quanto a prestação dos serviços advocatícios.

Igualmente a validade do documento se mostrou nos autos, visto que o representante da empresa reconheceu sua assinatura no documento de fl. 10, bem como a autenticidade foi atestada pela certidão de fl. 238.

Além disso, a alegada coação não restou demonstrada nos autos, ônus que incumbia à ré (art. 333, inciso II do CPC). Isto porque, nenhuma das testemunhas ouvidas em juízo corroboraram as alegações do representante da empresa, pois não presenciaram a negociação, não havendo substrato fático nem jurídico hábil a caracterização de qualquer vício de consentimento, nos termos do art. 171 do Código Civil.

O fato é que, verdadeiramente, o objeto da cessão de crédito não existe material e juridicamente, visto que com o parcelamento do débito e a desistência da pretensão não há como se aferir eventual crédito em favor da empresa decorrente do PA 11060001641/98- 61."

Outrossim, como bem ponderou a sentença ora recorrida, poderá o autor, caso assim entender, ingressar com ação de arbitramento de honorários. (fls. 478-480, e-STJ)

Como se vê, o órgão julgador, com amparo no contexto fático probatório dos autos, manteve os termos da sentença no sentido de que "*o objeto da cessão de crédito não existe material e juridicamente, visto que com o parcelamento do débito e a desistência da pretensão não há como se aferir eventual crédito em favor da empresa*", concluindo revelar-se descabida a pretensão de cobrança de honorários deduzida pelo recorrente. Para alterar tais conclusões, seria necessário o reexame do contexto fático e documentos acostados aos autos, providência esta vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ. Nesse sentido, precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CUMPRIMENTO DE CONTRATO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ.** AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] (AgInt nos EDcl no AREsp 1460705/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 30/09/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO C/C COBRANÇA DE HONORÁRIOS POR ARBITRAMENTO E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. APROVEITAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. POSSIBILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. [...] 3. Para elidir as conclusões do aresto impugnado, quanto à suficiência da instrução conduzida pela Justiça do Trabalho e à possibilidade de aplicação do art. 515, § 3º do CPC/73, relativamente ao pedido de arbitramento de honorários, por ter o Tribunal de origem compreendido que a farta documentação comprova as ações propostas pela advogada autora, seria necessário reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta instância especial, a teor da Súmula 7/STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1544800/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 27/08/2018) [grifou-se]

Incide, no ponto, o teor da Súmula 7/STJ.

5. Do exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator